

**CIDADES EM MUDANÇA:
processos participativos em Portugal e no Brasil**

Renata de Sá Gonçalves e Lígia Ferro (organizadoras)

Mauad X

TOPALOV, Christian. Introduction. Une histoire des savoirs et des savants. In: TOPALOV, Christian. *Histoires d'enquêtes*. Londres, Paris, Chicago (1880-1930). Paris: Classiques Garnier, 2015, p. 11-47.

TURIN, Mark. Born Archival: The Ebb and Flow of Digital Documents from the Field, *History and Anthropology*, 22, 4, p. 445-460, 2011.

VELHO, Gilberto. Apresentação. In: VELHO, Gilberto (org.). *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1999, p. 7-10.

A EMERGÊNCIA DOS ESTUDOS EM MEIO URBANO NA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

Renata de Sá Gonçalves

Nos estudos da história das ciências sociais no Brasil ainda é forte a leitura parcial e evolutiva das matrizes de estudos, em que etapas anteriores são depreciadas em prol da vigência de etapas posteriores, mesmo depois da crítica de Wanderley Guilherme dos Santos.¹ Independentemente do caminho a ser trilhado na construção de uma história do pensamento social, ou especificamente dos estudos urbanos – seja a matriz institucional ou a sociológica, ou, ainda, a ideológica, igualmente importantes –, o cerne da crítica do autor se refere à desqualificação feita às produções intelectuais relacionadas a um “paradigma historicamente superado”, tidas muitas vezes como “pré-científicas”.

Proponho abordar a formação de um campo da antropologia urbana no Brasil, buscando, como sugeriu Santos (1978), não descartar as “histórias” anteriores ou as produções supostamente “superadas”, como se fossem falsas, “relativizando”, assim, as “matrizes” mais lineares. A partir das vertentes de tradições formadoras do campo de estudos da antropologia urbana brasileira, busco argumentar que o diálogo com a antropologia norte-americana, com os estudos da Escola de Chicago e o pensamento social brasileiro produziu uma especificidade do tratamento dos estudos urbanos na antropologia brasileira, caracterizado pela interdisciplinaridade (VELHO, 1998 e 2011)² e pela negociação entre fronteiras do conhecimento.

1 Santos indicou três modalidades principais de agrupamento das análises do pensamento político-social brasileiro. (...) “por matriz institucional, entende-se a organização, classificação e avaliação da evolução do pensamento social brasileiro, segundo marcos organizacionais e institucionais” (SANTOS, 1978, p. 25). “Por matriz sociológica entende-se a análise que se desenvolve tomando como parâmetro características da estrutura econômico-social” (ibidem, p. 27). “Por matriz ideológica entende-se a preocupação de analisar os textos brasileiros de reflexão social com o objetivo explícito de buscar sua caracterização conceitual própria, independentemente dos azares conjunturais da empiria” (ibidem, p. 31).

2 Tal reflexão tem como ponto de partida o artigo de VELHO, Gilberto: Pesquisa em meio urbano: antropologia e interdisciplinaridade. ABA, abril de 1998, mimeo.

Muitas reflexões sobre a formação e estabelecimento desse campo já foram produzidas (ver MONTERO, 2004; FRÚGOLI JR., 2005; OLIVEN, 1996; MAGNANI, 2002; VELHO, 2011). Sem pretender sistematizar os cruzamentos teórico-metodológicos que o constituem, o texto se organiza de modo a evidenciar distintas tradições de pensamento, especialmente entre os anos 1930 e o início dos anos 1980, caracterizadas por oferecerem variadas escalas de análise, do micro ao macro, que serviram como referências centrais e estruturantes da antropologia das/nas cidades brasileiras nas décadas mais recentes. O argumento principal é o de que os atravessamentos e contatos, nem sempre explícitos entre tradições de pensamento, temas e formas de conceber “as cidades”, “nas cidades” e “com as cidades” em seu período de formação, conformaram uma antropologia urbana brasileira não afeita a uma única matriz ou linhagem de estudos, mas, ao contrário, aberta aos contatos e dinamizada por linhas plurais de trabalho em que pesa, sobretudo, o tema das espacialidades, da sociedade nacional e das expressões culturais urbanas.

Comunitário e urbano

Procurarei aqui articular duas direções que complexificam a base da relação entre essa diáde frequentemente colocada em oposição – entre comunidade e urbano, a partir da reflexão elaborada por Ulf Hannerz (1980). Em fins da década de 1930, Wirth e Redfield representaram duas tendências da Escola de Chicago – que teve suas atividades mais intensas entre a Primeira Guerra Mundial e a década de 1930. Louis Wirth apresentou sua definição peculiar de cidade, diferenciada de outras disciplinas, segundo a qual a cidade foi qualificada por um “modo de vida” que a ultrapassava. Redfield, por sua vez, propôs um *continuum* folk-urbano, em que o primeiro polo indicava núcleos pequenos, isolados, analfabetos e homogêneos, com um forte sentimento de solidariedade grupal; e a cidade, no outro polo, era menos isolada, mais heterogênea, com uma divisão de trabalho mais complexa e uma economia monetária mais completamente desenvolvida.

Críticas a Redfield surgiram no sentido de que a ideia de “folk” seria o exato oposto da de “cidade”. Estabelecer-se-ia assim na ideia de “folk” uma oposição à “cidade”, sendo o “folk” a expressão da “anticidade” (MAGNANI, 1996, p. 24). Redfield afirmava que uma mesma ordem relativa serviria para classificar quatro tipos de comunidades – “*city, town, peasant village, tribal village*” –, de modo a representarem a extensão progressiva do crescimento ou redução na qual estariam presentes várias características gerais sociais ou culturais (REDFIELD, 1941, p. 338). As posições das comunidades nessa se-

quência, além de relativas, eram arranjadas de modo a configurar uma ordem espacial específica cuja referência principal eram os centros urbanos.³

Louis Wirth, sociólogo de formação norte-americana, inspirado pela leitura de Redfield, atentou para a particularidade de uma definição sociológica da cidade, diferenciada daquela de geógrafos, historiadores, cientistas políticos e economistas (WIRTH, 1976 [1938], p. 92). A abordagem sociológica da cidade serviria para relacionar essas várias definições, tendo como base o pressuposto de que características peculiares de um “modo distinto de vida dos agrupamentos humanos” seriam promovidas pelo “urbanismo”. Wirth, então, definiu a cidade como “um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos” (ibidem, p. 97).

A noção de “modo de vida urbano” não implicaria a brusca eliminação dos modos de organização social anteriores, mas, ao contrário, indicaria a contínua relação entre vários modos de configuração das redes sociais.

Redfield e Wirth demonstravam, nos finais da década de 1930, como os trabalhos antropológicos poderiam metodologicamente se renovar a partir da ideia de “urbanismo” ou de “sociedade urbanizada”. A pesquisa e a reflexão antropológica sobre a cidade, o processo de urbanização e as culturas urbanas não cessariam nas décadas seguintes. Os trabalhos mais tipológicos com tendência a formular classificações sociais mais abrangentes, os grandes perfis sociais, ou os “estudos de comunidade”, tidos como estudos de grupos mais coesos, marcados por relações primárias, consenso, rígido controle social, representaram, dentro de um pretense evolucionismo científico, um paradigma que deveria ser superado.

A tradição norte-americana abarcou trabalhos com dimensões e abordagens variadas, que foram além da preocupação exclusiva ou principal com a noção de “urbano” ou de “cidade”. Os estudos urbanos brasileiros, por sua vez, também não estiveram restritos a trabalhos “na cidade” ou sobre ela diretamente. Gilberto Velho (1998) indica que autores como Arthur Ramos (1903-1949), René Ribeiro (1914-1990), Nunes Pereira (1892-1985), Roger Bastide (1898-1974), Donald Pierson (1900-1995) e Gilberto Freyre (1900-1987) comprovam que não há uma “única linhagem” nos estudos urbanos brasileiros, sendo possível identificar vários caminhos que foram percorridos por grupos e indivíduos (VELHO, 1998, p. 7).

3 Redfield (1967) falaria também nos níveis de cultura comunicantes entre Pequena e Grande Tradição, tradições que não estavam circunscritas aos grupos e sim relacionadas ao contexto social amplo.

Durham (1986) destaca que, na perspectiva de Arthur Ramos⁴ (1903-1949), as interpretações raciais seriam substituídas pelas culturais. Ramos entrava em cena com o viés psicanalítico. Seu argumento em relação às questões urbanas se colava às questões raciais.⁵ Arthur Ramos (1951) reconhece a importância e proximidade entre os estudos de folclore e os estudos antropológicos, alertando que “a tarefa de coleta do material folk-lórico deve ser acompanhada de outros dados que permitam uma visão da cultura total a que o folk-lore pertence. Ou, que, pelo menos, seja dada a uma ideia geral do conteúdo da cultura regional, ou da comunidade, onde foi colhido o material folk-lórico” (RAMOS, 1951, p. 27).

Entre os estudos folclóricos e a antropologia brasileira

A aliança proposta por Ramos entre os estudos folclóricos e antropológicos não foi sempre um consenso entre os autores da Antropologia no Brasil. Como identificou Peirano (1992), houve um distanciamento entre os estudos de folclore e aqueles das ciências sociais, no período entre 1930 e 1980. Isso se deveu, segundo a autora, a uma mudança de eixo, mediante a qual a Sociologia se ateve às temáticas que envolviam o projeto intelectual de construção nacional. A Sociologia estaria envolvida com “as grandes etapas do desenvolvimento nacional” e se investia de um grande fôlego teórico para tal. Nesse quadro, a etnografia e o olhar microscópico tinham menos prestígio. Vilhena (1997) nos mostra como os estudos de folclore no Brasil tiveram um percurso próprio. A delimitação de fronteiras das ciências do folclore em relação à história e à literatura e a sociologia supunha divergências metodológicas, mas, não era, como mostra Vilhena, o seu maior diferenciador. Em última instância, folcloristas e sociólogos optaram por temas de pesquisa semelhantes e pela indagação subjacente sobre a formação nacional. No entanto, a formação nacional, no caso dos estudos de folclore, vinculava-se às fusões e sincretismos culturais, sintetizados pela formação do Brasil a partir dos três povos, ou das três matrizes culturais. Nos estudos sociológicos, por seu turno, essa formação nacional privilegiou a análise do grau de integração das camadas sociais e grupos étnicos.

No período acima referido, a antropologia brasileira tratou de temas, conceitos e métodos não orientados exatamente para uma antropologia da cidade,

4 Arthur Ramos, assim como Nina Rodrigues, partiu da medicina para a psicopatologia e desta para a antropologia.

5 A “raça negra” era um problema “histórico”, “antropogeográfico”, “etnográfico”, “biológico”. O problema da mestiçagem era “linguístico” e “sociológico” (RAMOS, 1934, p. 27). O contato entre culturas implicaria a assimilação, adaptação ou reação.

mas voltados para o estudo de populações que viviam nas cidades, sendo a cidade antes o lugar da investigação do que seu objeto (DURHAM, 1986, p. 19). A antropóloga nos lembra que a tradição de estudos urbanos na Antropologia se iniciou com Nina Rodrigues (1862-1906), com uma espécie de “antropologia médica” em que o negro, o mestiço, a marginalidade e a criminalidade eram temas relevantes que incidiam o olhar sobre uma população urbana marginalizada. Os estudos folclóricos, estudos de festas populares, de religiões populares na primeira metade do século XX, não fizeram parte do “urbano”, por não se inserirem dentro de um ideal de “alteridade”. Gilberto Velho alerta que a obra de Nina Rodrigues sobre a cultura afro-brasileira, por exemplo, pode ser assinalada como um marco fundamental na área de estudos urbanos, sem prejuízo de suas inserções nos estudos de relações raciais, religião, etc.

Durham destaca também Gilberto Freyre⁶ (1900-1987), autor que daria uma outra perspectiva à ideia de “cultura”, diferenciada dos ensaístas e pensadores sociais que o antecederam. Freyre pretendia uma interpretação coerente da sociedade brasileira em seu conjunto sob a dupla filtragem de uma ótica regional e de classe. Em *Sobrados e mucambos* (1936), Freyre abordou a questão urbana, tendo em vista a reconstituição e interpretação de certos aspectos mais íntimos da “história social da família brasileira”. O autor, orientado pela passagem do patriarcado rural para o patriarcado dos senhores dos sobrados urbanos, apresentou tensões e ambiguidades do processo de desenvolvimento das cidades e, em última instância, da “formação urbana do povo brasileiro”.

Ao adotar uma perspectiva de “cultura”⁷ não restrita à erudição ou a hábitos e ritos esporádicos e exóticos, mas a tudo aquilo que se realizava no dia a dia, Gilberto Freyre sinalizou também para o interior das casas e para a prática cotidiana. A “cidade” ganhou, no estudo de Freyre, formulações de quem a interpretava não como uma categoria sociológica válida em si mesma, ampla e abstrata. A “cidade” era apresentada, e revelava-se empiricamente, pela descrição do interior de suas casas, dos hábitos e práticas dos seus habitantes. Era vista pela formação de suas ruas, de seus “ambientes”.

6 Destacaram-se três obras do autor que convergiam em direção a uma antropologia cultural dos grupos urbanos. São elas: *Casa-grande e senzala* (1933), em que Freyre estudou a formação da família brasileira em regime de economia patriarcal; *Sobrados e mucambos* (1936), em que analisou a formação da burguesia urbana e a decadência do patriarcado rural, e *Nordeste* (1937).

7 Fernando de Azevedo, em seu artigo “A Antropologia e a Sociologia no Brasil”, destaca um dos pontos fortes de Gilberto Freyre: “Tendo estudado em universidades dos Estados Unidos, discípulo de antropólogos da estatura e projeção de Franz Boas, cuja influência sofreu, Gilberto Freyre, que fez toda a sua preparação científica no estrangeiro, transportou para o país e aplicou-os em suas investigações um espírito e métodos novos - a investigação das realidades concretas” (AZEVEDO, 1956, p. 382) [grifo meu].

Os estudos em meio urbano, dentro de uma perspectiva mais globalizante da sociedade nacional inspirada em Gilberto Freyre – como aqueles realizados posteriormente por DaMatta (1979) e Darcy Ribeiro (1922-1997) –, não seriam a única via de abordagem social urbana.

Uma nova tradição no Brasil surgiu na década de 1950 com os “estudos de comunidade”, nos quais se combinaram o culturalismo americano e o sociologismo britânico. Nesse tipo de estudo, as comunidades urbanas poderiam ser interpretadas utilizando-se o arcabouço metodológico inspirado na investigação de “sociedades primitivas”. As estratégias etnográficas, a observação participante, as entrevistas e as histórias de vida foram instrumentais metodológicos operados nas “comunidades urbanas” em conjunção com posições, dados estatísticos e gráficos, tidos como registros mais sociológicos. Os “estudos de comunidade” se mantiveram fronteiriços, “perfilhados ora pela sociologia, ora pela antropologia” (CASTRO FARIA, 1993, p. 91).

Os estudos de comunidade foram, já na década de 1960, muito criticados pelos sociólogos e antropólogos. A crítica central era a de que não davam conta da mudança, dos conflitos, pois pressupunham uma ampla integração cultural ou social e, desse modo, inibiam o olhar para as divergências (DURHAM, 1986, p. 23). No entanto, se analisarmos criticamente o aspecto perverso de valorização de “matrizes” mais evolutivas, que tendeu a criticar ferrenhamente os estudos de comunidade, verificaremos outras nuances desses estudos.

Um dos pontos centrais da crítica a grande parte das abordagens dos grupos urbanos da primeira metade do século XX, e também aos estudos de comunidade, foi a suposição de uma totalidade social em que a distinção ou polarização entre o rural e o urbano não era realizada, pois não tinha importância essencial (cf. DURHAM, 1986; OLIVEN, 1996). Os estudos de comunidade eram questionados no sentido de preservarem essa perspectiva em que o rural e o urbano estavam integrados numa totalidade, que podia ser concebida como uma projeção da sociedade em seu conjunto.

O estudo das modernas sociedades nacionais, com vistas a uma abrangência supostamente não encontrada nas formulações anteriores, trouxe novos desafios. Como já nos lembrou Peirano (1992), “conceitos antropológicos ou sociológicos são, também, fenômenos sociais e culturais específicos”. Por isso, todo o sentimento de crise da antropologia da década de 1960 se configurou diante da cogitação do desaparecimento das sociedades “primitivas”, “tribais” ou “simples”. Portanto, com o desaparecimento do objeto empírico da disciplina, a antropologia também desapareceria.

Nesse momento se deu a inclusão das “sociedades complexas”⁸ como objeto legítimo.

Nas décadas de 1960 e 1970, surgiram duas novas tendências. Uma, em que se enfatizava o caráter metodológico particular da antropologia. Outra, que consistia em uma ampliação dos horizontes empíricos da antropologia através de uma variedade de temas (PEIRANO, 1992, p. 110). Como expõe Segato (1992), a partir da década de 1960, com a virada paradigmática das ciências da cultura, “os esforços em delimitar tipos ou estratos culturais reconhecíveis pelo seu padrão formal declinaram e conseqüentemente, o interesse pelo folclore e cultura popular enquanto tipos de cultura” (SEGATO, 1992, p. 13).

Segundo Cardoso (1986), na Antropologia brasileira da década de 1960, renasceu o interesse pelo estudo de favelas⁹ e bairros periféricos justamente porque se pretendia descrever a metrópole e compreender porque o desenvolvimento previsto como excludente não produzia a revolta esperada entre os “marginais”. Os estudos realizados com classes operárias, por exemplo, buscavam os sinais de inconformismo e resistência que delimitavam esse espaço (CARDOSO, 1986, p. 97).

Na década de 1970, no âmbito mais geral de releituras do marxismo na Europa e nos Estados Unidos, a valorização dos dados qualitativos conjugou-se com o debate sobre as formas de conhecer. No Brasil, a antropologia começou a adquirir maior visibilidade.¹⁰ Incorporou-se à discussão sobre a politização da ciência e à necessidade de engajamento e estimou-se ainda mais a exploração das técnicas qualitativas de investigação. No entanto, a crítica de Cardoso aponta que as técnicas qualitativas foram revalorizadas sem um maior aprofundamento na discussão sobre a natureza do conhecimento produzido. Era como se os dados falassem por si mesmos (CARDOSO, 1986, p. 99).

Os estudos de favelas, periferias e subúrbios, resguardadas suas especificidades, apontaram para uma ênfase nas espacialidades ou delimitações territoriais. Sobre as periferias, Frúgoli Jr. (2005) destaca que “no campo da

8 É importante destacar que, antes mesmo da elaboração da noção de “sociedades complexas”, as realidades sociais complexas já haviam sido abordadas por meio de outras noções, como fica claro com os estudos urbanos de Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Gilberto Freyre, entre outros, além da perspectiva dos “estudos de comunidade”.

9 Cf. VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, out. 2000. Conferir: LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

10 O processo de expansão das pós-graduações e de estabelecimento do campo das ciências sociais no país se acentua com o fomento estatal a partir de finais da década de 1960, quando a moderna pós-graduação no Brasil dá vários saltos quantitativos e qualitativos (MARTINS; TRAJANO FILHO, 2004).

antropologia urbana paulistana, várias pesquisas de fôlego do período entre finais dos anos 70 e início da década de 1980 – como as de Macedo (1979), Magnani (1984) e Caldeira (1984) – tomaram as áreas periféricas como local de pesquisa” (FRÚGOLI JR., 2005, p. 141). Frúgoli acrescenta que “a pluralidade mais recente dos estudos de periferias urbanas diz respeito, em termos territoriais, aos diversos graus de consolidação desses bairros ou dessas localidades quanto aos equipamentos coletivos urbanos disponíveis” (ibidem, p. 144). Os movimentos sociais, a marginalização e violência nas periferias, a vulnerabilidade de algumas áreas a partir do aumento do tráfico de drogas, os movimentos culturais dos grupos juvenis fazem, de distintos modos, com que os temas da política se entrelacem com os da espacialidade.

Ao sistematizarem a produção das ciências sociais sobre os “subúrbios cariocas”, Guimarães e Davies (2018) revelam que “a própria noção de subúrbio não chega a conformar uma linha de pesquisa ou um campo de estudos consolidado entre sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, como acontece com outras noções espaciais, ‘favela’ e ‘periferia’ entre elas” (GUIMARÃES e DAVIES, 2018, p. 457). Como argumentam os autores, significados ambivalentes foram explorados de modo analítico pelos estudos antropológicos dedicados ao “subúrbio carioca”: um lugar ora marcado pela solidariedade e proximidade social, ora por relações conflitivas e violentas (ibidem, p. 463).

Na década de 1980, houve uma crescente produtividade da investigação antropológica com grupos urbanos. Peirano (1992), reconhecendo a importância de notar a configuração histórica e social a que pertence uma disciplina, faz alusão ao momento de “crise de objeto” da Antropologia com o suposto desaparecimento das “sociedades primitivas” e “exóticas”, as quais estariam muito além dos limites nacionais. Mas a autora nos lembra que a Antropologia, a partir da segunda metade do século XX, tendo incorporado o “outro” que estava dentro das fronteiras nacionais, ou seja, as sociedades indígenas, o campesinato em transformação, os grupos urbanos, ampliava ela própria seu campo de ação.

Peirano se refere a um duplo movimento na antropologia brasileira, mediante o qual houve, de um lado, uma reaproximação ainda maior na década de 1980 desse “outro” “interno”, ou “familiar”, incluindo-se aí a reaproximação dos estudos de folclore, e, de outro lado, uma expansão do objeto da disciplina em virtude da consolidação e legitimação desses “outros internos”. De outro modo, a autora, revendo a relação entre o folclore e as ciências sociais nos últimos cinquenta anos, infere que o folclore perdeu terreno acadêmico durante o período hegemônico da Sociologia.

Mas, a partir da década de 1980, com a consolidação definitiva das bases institucionais das ciências sociais, a perspectiva antropológica reaproximou-se

da área de estudos de folclore. Os estudos de folclore, sua “marginalização” (CAVALCANTI e VILHENA, 1990) e sua renovada leitura (CAVALCANTI, 2012) permitiram a atual valorização dos estudos das expressões culturais urbanas por eles tematizadas. A “cidade” (VELHO, 1980) foi tema de discussões conceituais e indicou possibilidades de recortes empíricos mais afastados da concepção marxista da “problemática das classes” e mais próximos da conceitualização proposta na formulação do “fenômeno urbano” ensejada pela Escola de Chicago. Como destaca Gilberto Velho (2011), a Escola de Chicago espalhou-se pelos Estados Unidos, por diversos departamentos e universidades, mais como uma visão de pesquisa do que como uma doutrina ou uma teoria homogênea. As diferenças entre profissionais como Wirth, Blumer e Hughes foram importantes até para enriquecer o repertório de seus alunos, como Becker e Goffman. O trabalho de Velho *A utopia urbana* (1973) indicava, nesse sentido, que as relações sociais na cidade poderiam ser entendidas com vistas à diversidade e à heterogeneidade de níveis sociais em articulação.

As várias possibilidades de participação do indivíduo¹¹ na cidade despertavam para a noção de fragmentação e multiplicidade de ação dos indivíduos e dos grupos e tendia a uma complexificação na interpretação das redes sociais. Tais redes seriam conduzidas por relações mais ramificadas e mais distantes da ideia de uma estrutura social impenetrável, completamente integrada (VELHO, 1980).

Como diz Gilberto Velho, era problema central da antropologia das sociedades complexas identificar os processos de demarcação entre esferas de atividade e províncias de significados das quais dependem, de modo mais ou menos contraditório e conflituoso, as continuidades e as transformações da vida social. Tratava-se, assim, de compreender o permanente trânsito que os indivíduos operavam entre essas “províncias e mundos”. Para o autor, nas sociedades complexas, não existiriam simplesmente diferentes contextos sociais: “perpassam-nos também distintos planos e níveis de realidade socialmente construídos” (ibidem, 1994).

Houve, portanto, uma corrente, dentro dessa possibilidade de construção da história dos estudos urbanos, em que parecia se configurar uma antropo-

11 Como indicou Dumont, o indivíduo é uma categoria social, nem sempre existente de modo socialmente relevante em algumas sociedades. Não devemos tomar o indivíduo como um dado do real. Essa unidade, que é o indivíduo, tem, portanto, um lugar relevante no sistema social. O valor dado ao “indivíduo” não é sempre o mesmo e tampouco esse valor exclui a possibilidade de que as relações indivíduo/sociedade sejam dinâmicas, instáveis, contraditórias e expressem, apesar disso, orientações gerais. In: DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus*: o sistema de castas e suas implicações. São Paulo: Ed. USP, 1992.

logia brasileira “na cidade” (cf. DURHAM, 1986), em relação ao que seria a antropologia “da cidade”. Na antropologia urbana brasileira foram muitas as tentativas de distinguir e conceituar o que era a “cidade”, o que constituía a “vida urbana” e, como lembrou Oliven, qual era “o estatuto teórico da cidade”. No entanto, nos parece que a tentativa de identificar as particularidades da antropologia urbana no Brasil, opondo-a a uma “antropologia da cidade”, supostamente desenvolvida principalmente pela Escola de Chicago,¹² não é produtiva. Mesmo os próprios pesquisadores de Chicago¹³ não se consideravam “urbanólogos” estritamente. Configuravam uma “escola de atividades”,¹⁴ pois não se preocupavam apenas com a teorização da vida urbana, mas com os processos sociais de um modo geral (VELHO, 1998, p. 4).

A heterogeneidade da realidade urbana

No decorrer dos estudos realizados no campo da Antropologia Urbana no Brasil, os sistemas sociais complexos tiveram como foco a cidade urbanizada e, como um de seus interesses de estudos, as “camadas médias” (VELHO, 1973). A periferia ou os “populares urbanos”, que não estavam afastados das unidades urbanas, mas ao contrário a constituíam, foram pesquisados em trabalhos como os de Hermano Vianna (1995) e Magnani (1984). Levar em conta as “culturas populares” como formuladoras da cidade significava entender que essa cidade estava em constituição e não apenas as absorvia, mas era por elas composta.

Como apontou Cavalcanti (1994), em seu livro *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile*, antes de valorar a dita cultura autêntica tradicional, que se refere à visão romântica, vitimizada pelas transformações e modernidades que a corrompem, deve-se ter a ideia de que “a cidade é palco de referências múltiplas”. Vianna (1995) também, em seu livro *O mistério do samba*, destacou a

12 Sobre a Escola de Chicago, conferir: VELHO, Gilberto. Pesquisa em meio urbano: antropologia e interdisciplinaridade. ABA, abr. 1998. mimeo. Sobre o impacto dos autores de Chicago no Brasil e na França, conferir: VALLADARES, 2005. Sobre o impacto em Portugal, conferir: CORDEIRO, BAPTISTA, COSTA, 2003.

13 A Escola de Chicago teria sido, como explica o autor, muito heterogênea em suas ideias, havendo muitas correntes diferentes ocorrendo ao mesmo tempo. Estaria, portanto, para Becker, mais próxima da ideia de “escola de atividades”. Assim, a Escola de Chicago, da qual Becker é tido como um de seus maiores representantes, não sendo uma “escola de pensamento”, teve o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago como seu ponto de partida institucional, não estando a ele restrito.

14 Distinção realizada por seu aluno Samuel Guillemard em relação aos compositores contemporâneos (BECKER, Howard).

autenticidade fabricada de um gênero musical tido como tradicional – que, para existir, precisa escamotear seu caráter fabricado –, tornando eterna uma música criada muito recentemente.

Se a cidade é o lugar da “unidade” e da “fragmentação” (VELHO, 1994), podemos supor que as totalidades imbricadas no “modo de vida urbano” se expressam também através da multiplicidade e heterogeneidade social. Identidades sociais diversas estarão sendo formuladas em torno de grandes unidades como o “indivíduo” e a “Nação”, pois uma diversidade de “grupos” e segmentos sociais distintos estarão produzindo suas identidades sociais.

Velho (1997), portanto, nos indica que um outro movimento importante na Antropologia aproveitava uma tradição já existente – a tradição de estudos sobre camadas populares, cultura popular e folclore. A partir desses temas, foi possível estabelecer pontes e relações entre diferentes níveis de cultura – nos termos de Peter Burke (1989) e Bakhtin (1996) –, recuperando noções como a de “fato social total”, a ideia de sistemas de trocas e de sistemas de reciprocidade.

Com isso, houve no Brasil, especialmente a partir da década de 1990, uma ampliação dos estudos sobre as relações entre diferentes categorias sociais existentes numa sociedade complexa. E, nesse sentido, a noção de “cultura popular”, que por si só já é passível de amplo debate, tendo a “cidade” como lugar de construção, promoveu no campo de estudos brasileiros uma dupla articulação intensa entre “modernidade”, urbanismo e, mais recentemente, temáticas como a do patrimônio cultural. Tal procedimento colaborou positivamente no Brasil com a crítica a muitas “pré-noções” que permanecem em torno da ideia de “cultura popular” e de “cultura urbana”.

Na Antropologia brasileira, os estudos urbanos, fortemente associados à ideia de “cidade” e às sociabilidades engendradas na cidade, em oposição aos estudos de sociedades indígenas e sociedades camponesas, constituíram-se por uma especificidade sustentada na alteridade proporcionada pelos seus “outros internos” (PEIRANO, 1992).

No entanto, o que me parece fundamental nesses cruzamentos é sublinhar algumas perspectivas teórico-metodológicas que a abordagem social na/cidade podem suscitar, na atualidade. Gilberto Velho (1994) indicou que a ideia de especificidade da vida metropolitana traz consigo a conjunção de duas dimensões fundamentais: a noção de uma sociedade em que a divisão social do trabalho delinea “categorias sociais distinguíveis com continuidade histórica” e a ideia de uma “heterogeneidade cultural” entendida como a “coexistência, harmoniosa ou não, de uma pluralidade de tradições cujas bases podem ser ocupacionais, étnicas, religiosas, etc.” (VELHO, 1994, p. 16). Desse modo, o autor propõe relacionar as duas dimensões acima citadas. A relação pode ser

estabelecida, localizando-se, no desempenho de papéis, “as experiências suficientemente significativas para criar fronteiras simbólicas”.

Com isso, vem se intensificando progressivamente, desde a década de 1990, a presença das temáticas urbanas na antropologia brasileira, deslocando o foco estrito da “cidade” para as perspectivas que os indivíduos formulam sobre si e suas relações no mundo, e a participação ativa e interativa entre grupos e indivíduos. Trabalhos, políticas, intervenções que levam em conta a autoria, a participação dos sujeitos nas produções culturais, transferem o eixo que essencializa a coletividade para perspectivas mais amplas, abertas para a multiplicidade e heterogeneidade das interações.

O que, na atualidade, aparenta uma certa difusão de temáticas no bojo do “urbano” pode indicar uma genuína forma de constituição desse campo no Brasil, que abarcou, desde o seu início, de forma direta ou indireta, o diálogo com a sociologia, especialmente com os estudos da Escola de Chicago e com o pensamento social brasileiro. É, portanto, interdisciplinar (VELHO, 2011), plural (PEIRANO, 1992) e múltiplo em temáticas, abordagens e escalas metodológicas. Em uma direção, as releituras e atualização de ideias pioneiras mescladas às abordagens brasileiras sobre a sociedade nacional, seus “sobrados e mucambos” (FREYRE, 2003), seus “carnavais, malandros e heróis” (DAMATTA, 1979). Em uma outra direção, a “utopia urbana” (VELHO, 1973), os “projetos e metamorfoses” dos indivíduos nas sociedades urbanas (VELHO, 1994), ou, ainda, os “trajetos, circuitos e pedaços na cidade” (MAGNANI, 1996, 2002) delinearam um conjunto particular e diversificado de estudos compreendidos como parte das referências da antropologia urbana brasileira. A produção que se segue, especialmente a partir da década de 1980 em diante, soube aproveitar positivamente a diversidade de escalas de análise, considerando a complexidade e heterogeneidade de abordagens do urbano.

Mesmo na atualidade, quando acompanhamos uma forte tendência às especializações disciplinares na academia, verificamos que a antropologia urbana brasileira pode ser entendida dentro de um amplo leque de estudos, a exemplo da área de concentração “antropologia urbana” (classificada como uma subárea da antropologia) e dos estudos publicados nas revistas científicas que comportam diversas abordagens e recortes de pesquisa.

Como vimos, sua trajetória diversa se deve à influência de correntes em si mesmas pouco lineares, como a Escola de Chicago, os estudos de comunidade, os estudos do pensamento social brasileiro. Deve-se também a certa liberdade na forma de conceber não apenas uma, mas antropologias plurais informadas pela ênfase dada à participação seja dos sujeitos pesquisados e dos pesquisadores, seja das espacialidades ou arranjos territoriais por eles ensejados. Seus profis-

sionais têm atuado de forma engajada em temáticas transversais diversas, como arte, desvio, habitação, migração, movimentos sociais, gênero, geração, trabalho, raça, religião, saúde, segurança pública, patrimônio cultural, entre outras. Essa vigorosa e abrangente área de concentração de estudos e pesquisas urbanas no Brasil tem se mostrado dinâmica e complementar, ora como uma antropologia “na cidade”, ora como “da cidade” ou, simplesmente, “com a cidade”.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Fernando de. A Antropologia e a Sociologia no Brasil. In: *As Ciências no Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956.
- BAKTHIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo/Brasília: Hucitec/Ed.UnB, 1996.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CASTRO FARIA, Luís de. Uma antropologia social tupiniquim. In: *Antropologia – espetáculo e excelência*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1993.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1994.
- _____. (org.). *Reconhecimentos: antropologia, folclore e cultura popular*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012. (Circuito da cultura popular, 4).
- _____; VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 75-92, 1990.
- CORDEIRO, Graça Índias; BAPTISTA, Luís V.; COSTA, António F. (orgs.). *Etnografias urbanas*. Oeiras: Celta, 2003, p. 3-32.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Ed. USP, 1992.
- DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Global, 2003 [1936].

FRÚGOLI JR., Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista de Antropologia, USP, São Paulo*, v. 48, n. 1, 2005.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio; DAVIES, Frank Andrew. Alegorias e deslocamentos do “subúrbio carioca” nos estudos das ciências sociais (1970-2010). *Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro*, v. 8, n. 2, p. 457-482, 2018.

HANNERZ, Ulf. *Exploring the city: inquiries toward an urban anthropology*. New York: Columbia University Press, 1980.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MACEDO, C. C. *A reprodução da desigualdade*. São Paulo: Hucitec, 1979.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

_____. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lílian de Lucca (orgs.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Ed. USP/Fapesp, 1996.

MARTINS, Carlos Benedito; TRAJANO FILHO, Wilson. Introdução. In: RIBEIRO, Gustavo Lins; TRAJANO FILHO, Wilson (orgs.). *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contracapa, ABA, 2004.

MONTERO, Paula. Antropologia no Brasil: tendências e debates. In: RIBEIRO, Gustavo Lins e TRAJANO FILHO, Wilson (orgs.). *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contracapa, ABA, 2004.

OLIVEN, Ruben. *A antropologia de grupos urbanos*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PEIRANO, Mariza. O etnocentrismo às avessas: o conceito de ‘sociedade complexa’. In: *Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Ed. UnB, 1992.

RAMOS, Arthur. Definição e limites do folk-lore. In: *Estudos de Folk-lore*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.

_____. *O negro brasileiro: etnografia religiosa e psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

REDFIELD, Robert. The Social Organization of Tradition. In: POTTER, J. A; DIAZ, M. N.; FOSTER, G. M. *Peasant Society, a Reader*. Boston: Little, Brown & Co., 1967.

_____. *The folk culture of Yucatan*. Chicago: University of Chicago Press, 1941.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Paradigma e História: a ordem burguesa na imaginação social brasileira. In: *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas cidades, 1978.

SEGATO, Rita Laura. A antropologia e a crise taxonômica da cultura popular. In: *Seminário Folclore e Cultura Popular: as várias faces de um debate*. Rio de Janeiro: IBAC, 1992.

VALLADARES, Licia do Prado. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, out. 2000.

_____. (org.). *A Escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte: UFMG/ Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

VELHO, Gilberto. Pesquisa em meio urbano: antropologia e interdisciplinaridade. ABA, abr. 1998, mimeo.

_____. Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. *Mana, Rio de Janeiro*, v. 17, n. 1, p. 161-185, abr. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132011000100007>.

_____. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. Unidade e fragmentação em sociedades complexas. In: *Projeto e etamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. Observando o familiar. In: *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. (org.). *O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Ed. UFRJ, 1995.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964*. Rio de Janeiro: FUNARTE, FGV, 1997.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.